

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV  
RELATÓRIO DE REVISÃO TRIMESTRAL  
3º TRIMESTRE 2023

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2023.

Aos Administradores e Conselheiros da  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV  
VITÓRIA-ES

REF.: RELATÓRIO DA REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EMITIDAS EM 30 DE  
NOVEMBRO DE 2023.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis Intermediárias acima referenciadas,  
composto de:

- 1 – RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS INTERMEDIÁRIAS;

Releva observar que este relatório representa, através do “Relatório de Revisão dos Auditores  
Independentes”, nossa conclusão definitiva sobre as peças contábeis intermediárias emitidas por V.Sas. no  
TERCEIRO trimestre de 2023.

## 1 – RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

## RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Conselheiros da  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV  
Vitória - ES

### Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R1) - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Ênfase

Conforme mencionado na nota 33 – Eventos Subsequentes, foi aprovada a *“Lei Municipal 9.932 de 09 de maio de 2023, que alterou a Lei 9.626/20, retirando o Conselho de Administração da organização societária da CDTIV. Estando pendente apenas a alteração no Estatuto Social da entidade a qual já está sendo providenciada”* para adequar a entidade com relação a ressalva do Relatório de Auditoria Independente do encerramento do exercício de 2022 e 1ª Informação Trimestral de 2023, no quais foi mencionado que *“em 2021, a organização destituiu os membros do Conselho de administração da CDTIV. Até a data de emissão deste Relatório, a Companhia, se encontrava sem este*

*colegiado, órgão estatutário, de composição da administração da CDTIV. No art. 22 do estatuto social da CDTIV, são atribuídas as competências do Conselho de Administração, que é o órgão de administração e de deliberação colegiada da Sociedade. Suas competências estão expressas no referido artigo, entre as quais, no inciso V: manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e pareceres prévios à deliberação do Conselho de Administração sobre matérias específicas, por exemplo, relacionadas ao cumprimento das regras de Governança Corporativa (Estatuto - ART. 8º), regras de Transparência (Estatuto -ART. 9º), e regras quanto aos Mecanismos de Controle Interno (Estatuto - ART.10º). Os responsáveis pela governança da COMPANHIA DEDESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração de políticas, regimentos e normas de procedimentos, para possibilitar que a Companhia difunda informações suficientes em suas demonstrações contábeis para divulgação do seu resultado financeiro, em conformidade com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente. A Companhia permanece sem a constituição do Conselho de Administração”. Por este motivo não modificamos nossa opinião.*

## **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Vitória ES, 30 de novembro de 2023.

PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA  
CRC RJ 008323/O-7 ES  
Márcio de Mendonça Fernandes  
Contador CRC RJ 108281/O-0 ES  
CNAI N° 4243  
Sócio - Responsável Técnico

## 2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS INTERMEDIÁRIAS



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV**

**DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO 3 TRIM-2023**

**Vitória - ES  
30 de setembro de 2023**

**Prefeito de Vitória**  
Lorenzo Silva de Pazolini

**Vice-Prefeito de Vitória**  
Estéfane da Silva Franca Ferreira

**Conselho Fiscal**  
Miguel dos Santos Costa  
Mônica Cristina Vieira Meira Kandler  
Riller Pedro Sidequerky

**Diretoria Atual**  
Marcus Gregório Serrano – Diretor-Presidente  
Donatila Lima Nava Martins – Diretora Administrativo-Financeira  
Luzia Alvez Toledo – Diretora de Turismo  
Diego Campana Fiorot – Diretor de Desenvolvimento de Negócios  
Bárbara Ohanna Moreira – Diretora de Inovação  
João Pereira Gomes – Advogado-Geral

**Contabilidade**  
Clarissa Vassem Campos - CRC ES-18.421/O-2 – Contabilidade Pública  
Alexsander Carvalho Nunes – CRC ES – 10.948/O-7 - Contabilidade Comercial



## **NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS TRIMESTRAIS EM 30 SETEMBRO DE 2023**

### **1) Contexto Operacional**

A Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória – CDTV é uma Empresa Pública Municipal de direito privado sob a forma de Sociedade Anônima, sendo seu único acionista o Município de Vitória. A Companhia foi autorizada pela Lei Municipal/ES 2.669/80, com as alterações constantes das Leis Municipais/ES 3.345/86 e 5.948/03, e Decreto Municipal/ES 13.112/06.

Constituída em 03 de abril de 1987, registrada sob o CNPJ nº 31.482.631/0001-18, seu objeto social é a execução das atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos e concessões buscando a sustentabilidade dos empreendimentos para a Cidade de Vitória/ES, competindo-lhe especialmente, como objetivos gerais a formulação, supervisão e a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória/ES, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória, dentre outros objetivos. A partir de janeiro de 2018, as atribuições do Turismo do Município de Vitória passaram a ser geridas pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

Em 2020 foi sancionada a Lei 9.626/20, que alterou a denominação para Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTV e deu outras providências, com a finalidade de ajustar a nova demanda existente a uma denominação mais próxima de suas atribuições.

### **2) Aprovação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Trimestrais**

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis trimestrais correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de setembro de 2023.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação da vida útil econômica do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social e outras estimativas.

### **3) Resumo das Principais Práticas Contábeis**

As demonstrações contábeis trimestrais foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatórios Financeiros (IFRS) para Empresas Pequenas e de Médio Porte e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Resolução CFC de nº 1.255, de 10.12.09, NBC TG 1000 e NBC TG21 (R4) - Demonstração Intermediária.

A Companhia é uma empresa estatal dependente municipal, portanto ela também realiza a Contabilidade aplicada ao Setor Público, sendo os relatórios contábeis elaboradas de acordo com os seguintes normativos e orientações aplicadas ao setor; Lei 4.320/64; Lei complementar nº 101/2000; Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBC T SP); Parte V – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), do Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), 9ª edição e Disposições das normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis trimestrais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

**b) Classificação dos ativos circulante e não circulante**

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cujas realizações ou recebimentos dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

**c) Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras**

Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (Notas 4 e 5).

**d) Contas a receber de concessionários**

As contas a receber de concessionários (Nota 6) são registradas no ativo circulante e no não circulante de forma individualizada observando o regime de competência de exercícios.

**e) Investimentos**

O ativo classificado como Propriedade para Investimento refere-se a terreno mantido pela Companhia para obter renda, seja por locação ou por ganho de capital, e está classificado no Ativo não Circulante.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 28 determina o seguinte conceito de Propriedade para Investimento: “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

A Propriedade para Investimento pode ser avaliada a valor justo ou valor de custo (Nota 12)

**f) Imobilizado**

Os bens integrantes do Imobilizado (Nota 13) estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas e quaisquer outras perdas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação do Imposto de Renda e CPC 01.

**g) Intangível**

Os bens intangíveis compreendem Licenças de *Software* (Nota 14).

**h) Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do Balanço.

**i) Classificação dos passivos circulante e não circulante**

São apresentadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. Estão classificados no Circulante os Passivos vencidos ou a vencer, cujas datas de exigibilidade dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

**j) Provisão para contingências**

A provisão para contingências (Nota 21) está relacionada a processos de natureza cível, trabalhista e ou fiscal. É reconhecida, em função de um evento passado, quando a CDTV tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k) Demais passivos**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

**l) Apuração do resultado**

O resultado das operações sociais é reconhecido em observância ao regime contábil de competência de exercício.

**m) Demonstração do Fluxo de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2.

#### **n) Estimativas Contábeis**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis trimestrais requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor residual do imobilizado, provisão para indenização trabalhista, valor justo para propriedade de investimento e outras estimativas e julgamentos feitos pela administração. Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários de demonstrações contábeis trimestrais.

#### **4) Banco conta Movimento:**

Banco conta movimento corresponde a depósitos bancários e de livre movimentação, assim representadas:

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Banco Brasil – CDV/Subv – 9.875-2	1.102,25	1.102,25
Banestes S/A – B Ferreira – 27.078.989	838.952,77	4.167.654,71
Banestes Concessão – 28.977.619	602.795,66	11.243,28
Banestes Bradesco – 13.126-1	126.205,32	193.642,65
<b>Banco conta movimento</b>	<b><u>1.569.056,00</u></b>	<b><u>4.373.642,89</u></b>

#### **5) Aplicações financeiras:**

As aplicações financeiras são registradas pelo seu valor original. Os juros, atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor original, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Banestes Concessão/Aplicação 28.977.361	283.088,64	257.888,61
Banestes – Poupança/Caução	148.019,85	105.089,78
<b>Aplicações financeiras</b>	<b><u>431.108,49</u></b>	<b><u>362.978,39</u></b>

#### **6) Contas a receber de concessionários:**

A CDTV possui créditos com concessionários que estão sendo cobrados judicialmente. Foram feitas Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa com base no critério de probabilidade de perda dessas ações judiciais conforme relatório emitido pela Assessoria Jurídica da Companhia. A carteira de concessão está assim composta:

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Cientes - Concessão - Ativo Circulante	125.538,74	109.429,34
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	-11.501,82	(16.538,69)
<b>Contas a Receber – Ativo Circulante</b>	<b>114.036,92</b>	<b>92.890,65</b>
Cientes - Concessão - Ativo não Circulante	2.721.439,90	2.716.902,94
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	-2.690.420,00	(2.666.713,61)
<b>Contas a Receber – Ativo não Circulante</b>	<b>31.019,90</b>	<b>50.189,33</b>

#### 7) Impostos e contribuições a recuperar:

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
CSRF a recuperar	0,00	1.110,01
IRRF a recuperar	0,00	4.054,43
IRPJ a recuperar	128.173,21	59.824,80
ISS a recuperar	0,00	1.333,22
CSLL a recuperar	48.023,46	21.536,93
PIS a recuperar	53,97	0,00
COFINS a recuperar	5,24	0,00
INSS a recuperar	2812,87	0,00
<b>Impostos e contribuições a recuperar</b>	<b>179.068,75</b>	<b>87.859,39</b>

#### 8) Almoxarifado:

O Almoxarifado refere-se a materiais de consumo e expediente estimados a atender o consumo interno da Companhia.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Almoxarifado	5.379,39	5.444,79
<b>Almoxarifado</b>	<b>5.379,39</b>	<b>5.444,79</b>

#### 9) Adiantamento:

O valor refere-se a adiantamentos feitos a empresas e funcionários.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de Férias	-	55.355,81
Adiantamento Sindismuvi	-	34,54
Adiantamento de Coopmetro	335,90	743,22
Adiantamento Vale Transporte	6.993,00	-
<b>Adiantamentos</b>	<b>7.328,90</b>	<b>56.133,57</b>

#### 10) Outros créditos:

Refere-se ao aditivo de contrato seguros em grupo 248/2021, conforme processo 9808/2021 – Banestes Seguros, no valor de R\$ 7.290,72, apropriado mensalmente, conforme registro:

02/01/2023	Contrato 248/2021, proc.9808/2021, Banestes Seguros.	7.290,72
31/01/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.01.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
28/02/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.02.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
31/03/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.03.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
<b>TOTAL 1T/23</b>		<b>5.468,04</b>

30/04/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.05.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
31/05/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.06.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
30/06/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.07.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
<b>TOTAL 2T/23</b>		<b>3.645,36</b>

31/07/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.07.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
31/08/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.08.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
30/09/2023	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.09.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
<b>TOTAL 3T/23</b>		<b>1.822,68</b>

#### 11)Deposito Judicial:

Pagamento deposito judicial recursal - ação trabalhista Lucineia Gandes Freire - proc. 9704/21.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Deposito Judicial	0	10.986,80
<b>Deposito Judicial</b>	<b>0,00</b>	<b>10.986,80</b>

#### 12)Investimentos:

No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A metodologia empregada no estudo apurou um valor de venda (valor justo), na época, de R\$ R\$ 5.734.403,09 para o Terreno. A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDTV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163 e 323/2021 do COPEA, foi apurado um valor de venda (valor justo) de R\$ 8.431.841,00 para o terreno.

Em 2023, a CIA está realizando as ações para obtenção de um novo Parecer junto ao COPEA.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Propriedade para Investimento	2.663.776,00	2.663.776,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial a Valor Justo	5.768.065,00	5.768.065,00
<b>Propriedade para Investimentos</b>	<b>8.431.841,00</b>	<b>8.431.841,00</b>

### 13) Imobilizado:

A Companhia possuía um Imobilizado no valor líquido de R\$ 632.263,87. O método de depreciação utilizado é o linear.

#### Valor Histórico:

	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 3T/23	Valor Líquido 2022
Móveis e Utensílios	263.409,31	(192.723,47)	70.685,84	9.034,30
Aparelhos	30.147,06	(28.180,44)	1.966,62	2.266,67
Som, Vídeo e Equipamentos	8.496,90	(8.496,90)	0,00	0,00
Materiais Fotográficos e Equipamentos	2.567,80	(2.567,80)	0,00	0,00
Equipamentos para Manutenção	24.295,30	(24.295,30)	0,00	0,00
Maquinas de Produção	127.330,40	(127.330,40)	0,00	0,00
Maquinas e Equipamentos	715.618,38	(715.618,44)	-0,06	8.999,99
Equipamentos de Informática	1.027.555,14	(474.358,28)	553.196,86	4.433,86
Benfeitorias em Propriedade	6.800,00	(385,39)	6.414,61	6.618,67
Máquinas de Escritório	274,63	(274,63)	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.206.494,92</b>	<b>(1.574.231,05)</b>	<b>632.263,87</b>	<b>31.353,49</b>

#### Movimentação do período:

	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas líquidas		Depreciação acumulada	Saldo líquido em 30/09/2023
			Baixa de Imobilizado	Venda de Ativo		
Móveis e Utensílios	9.034,28	63.055,40	-	-	(1.403,84)	70.685,84
Aparelhos	2.266,59	-	-	-	(299,97)	1.966,62
Som, Vídeo e Equipamentos	0,00	-	-	-	-	0,00
Materiais Fotográficos e Equipamentos	0,00	-	-	-	-	0,00
Equipamentos para Manutenção	0,00	-	-	-	-	0,00
Maquinas de Produção	0,00	-	-	-	-	0,00
Maquinas e Equipamentos	8.999,94	-	-	-	(9.000,00)	-0,06
Equipamentos de Informática	4.433,78	623.596,61	-	-	(74.833,53)	553.196,86
Benfeitorias em Propriedade	6.618,64	0,00	-	-	(204,03)	6.414,61
Máquinas de Escritório	0,00	0,00	-	-	-	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>31.353,23</b>	<b>686.652,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(85.741,37)</b>	<b>632.263,87</b>

### 14) Intangível:

Os bens intangíveis compreendem os ativos de softwares. Foi utilizado o método linear para o cálculo das amortizações.

#### Valor Histórico:

	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido 3TRI/23	Valor Líquido 2022
Licenças	79.393,70	(47.894,99)	31.498,71	26.337,13
Uso de Software	90.361,00	(90.361,00)	0,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>169.754,70</b>	<b>(138.255,99)</b>	<b>31.498,71</b>	<b>26.337,13</b>

#### Movimentação do período:

	Saldo líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas líquidas		Amortização Acumulada	Saldo líquido em 30/09/2023
			Baixa de Intangível	Venda de Ativo		
Licenças	26.337,13	17.360,00	-	-	(12.198,42)	31.498,71
Uso de Software	0,00	-	-	-	-	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>26.337,13</b>	<b>17.360,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(12.198,42)</b>	<b>31.498,71</b>

**15) Fornecedores e Outras contas a Pagar:**

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Print Solução em tecnologia Ltda	0,00	0,00
Banestes Seguros S/A	1.248,39	0,00
Charles MKT Assessoria e Treinamento	0,00	0,00
Escelsa - ES	19.266,96	0,00
Bonjur Boletins	0,00	0,00
Sei Vigilancia	0,00	0,00
Capixaba Esquadrias	0,00	0,00
Instituto Brasileiros de Valorização	0,00	0,00
Sebrae	0,00	0,00
NP Eventos	10.867,83	0,00
Sic Certificação	112,12	0,00
Cesan	1.789,66	0,00
Rocha Produtos	1.150,00	0,00
Siga Serviço	22.150,17	0,00
Alves Turismo	2.450,00	0,00
<b>Fornecedores e Outras contas a Pagar</b>	<b><u>59.035,13</u></b>	<b><u>0,00</u></b>

**16) Obrigações Fiscais:**

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
ISS a recolher	555,40	0,00
IRRF a recolher	38.529,26	79.136,09
Provisão para Imposto de Renda	204.502,86	1.162,09
Provisão para Contribuição Social	75.781,03	697,25
Provisão para PIS	1.405,73	1.811,99
Provisão para COFINS	6.613,69	8.526,33
PASEP/COFINS – CLSS	2.168,01	0,00
IRRF – PJ a recolher	573,27	0,00
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b><u>330.129,25</u></b>	<b><u>91.333,75</u></b>

**17) Obrigações Sociais:**

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
INSS a recolher	114.232,12	136.885,63
INSS a recolher – PJ	5.100,05	4.660,62
FGTS a recolher	30.411,22	43.414,49
Contribuição Sindical a recolher	779,09	0,00
<b>Obrigações Sociais</b>	<b><u>150.522,48</u></b>	<b><u>184.960,74</u></b>

**18) Provisões de Férias e Encargos:**



	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Provisão para 13º salário	134.166,24	0,00
Provisão para Férias	265.068,39	228.559,20
Provisão para INSS S/Férias	55.256,53	47.589,60
Provisão para FGTS S/Férias	21.205,48	18.284,73
Provisão para INSS S/13º salário	28.174,91	0,00
Provisão para FGTS S/13º salário	10.773,30	0,00
<b>Provisões de Férias e Encargos</b>	<b><u>514.644,85</u></b>	<b><u>294.433,53</u></b>

### 19)Outros Passivos Circulantes:

O Valor de Caução refere-se a recursos provenientes de depósito de caução dos concessionários a serem restituídos aos mesmos no final do contrato.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Cauções	148.019,85	105.089,78
Credores diversos	5.577,40	1.220,78
<b>Outros Passivos Circulantes</b>	<b><u>153.597,25</u></b>	<b><u>106.310,56</u></b>

### 20)Antecipação de Recursos:

Referente a antecipação de Recursos recebidos da PMV a título de Subvenção para Custeio, o qual aguarda a realização da respectiva despesa, conforme. Item 114 - CPC 47.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
	0,00	<b><u>4.268.800,00</u></b>
<b>Antecipação de recursos</b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>4.268.800,00</u></b>

### 21)Provisões para Contingências - PNC:

Referente a processos de natureza cível, com prognóstico de perda provável, conforme abaixo:

- Ação de indenização por danos materiais – Processo nº 022531-48.2019.8.08.0024 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 114.245,03.
- Reclamação Trabalhista – Processo nº 0001086-45.2021.5.17.0010 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 60.000,00.
- Ação declaratória de nulidade de ato administrativo - Processo nº 5016347- 83.2022.8.08.0024 – provisionado 21,5% da ação, R\$ 92.880,00.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Prov. Cont. Cível – Previdência USIMINAS	114.245,03	114.245,03
Prov. Cont. Trab. Sindicato do	60.000,00	60.000,00
Prov. Cont. Cível – Ecos Eventos	92.880,00	92.880,00
<b>Provisão Para Contingência - PNC</b>	<b><u>267.125,03</u></b>	<b><u>267.125,03</u></b>

Os processos com prognóstico de perda possível, são:

Ação	Processo	Valor
- Reclamação Trabalhista	Processo nº 0482-72.2021.5.17.0014	45.000,00
- Ação de cumprimento de fazer (reclamação contra as atividades de exploração - “beach club” - do Quiosque n. 1 de Camburi e cumprimento do contrato de concessão).	Processo nº 0035744-58.2018.8.08.0024	57.110,29

## 22)Capital social:

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.740.825,00 dividido em 3.740.825 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00
<b>Capital social</b>	<b><u>3.740.825,00</u></b>	<b><u>3.740.825,00</u></b>

## 23)Ajuste da Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o valor justo e valor de custo do terreno avaliado pela COPEA – Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT).

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163/2021 e 323/2021 do COPEA, o valor foi reavaliado, conforme abaixo:

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	5.768.065,00
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b><u>5.768.065,00</u></b>	<b><u>5.768.065,00</u></b>

#### 24) Reserva Legal:

A reserva legal é instituída como forma de assegurar a integridade do capital social. A Lei 6.404/76, em seu art. 193, determina que as companhias devem constituir uma “reserva legal” que corresponda a 5% do valor do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

	<u>3T/23</u>	<u>2022</u>
Constituição de Reserva Legal – AB 2020	15.769,75	15.769,75
Constituição de Reserva Legal – AB 2021	2.717,50	2.717,50
<b>Reserva Legal</b>	<b><u>18.487,25</u></b>	<b><u>18.487,25</u></b>

#### 25) Receita Líquida:

	<u>3 T/23</u>	<u>3 T/22</u>	<u>9M/23</u>	<u>9M/22</u>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b><u>3.524.868,42</u></b>	<b><u>1.902.757,02</u></b>	<b><u>14.295.752,44</u></b>	<b><u>8.508.419,68</u></b>
Subvenção econômica	3.182.963,25	1.552.000,00	13.349.739,00	7.599.000,00
Concessões	341.905,17	350.757,02	946.013,44	909.419,68
<b>Deduções da Receita</b>	<b><u>(31.626,24)</u></b>	<b><u>(32.445,02)</u></b>	<b><u>(87.506,27)</u></b>	<b><u>(84.121,32)</u></b>
COFINS	(25.984,79)	(26.657,53)	(71.897,03)	(69.115,89)
PIS	(5.641,45)	(5.787,49)	(15.609,24)	(15.005,43)
<b>Receita Líquida</b>	<b><u>3.493.242,18</u></b>	<b><u>1.870.312,00</u></b>	<b><u>14.208.246,17</u></b>	<b><u>8.424.298,36</u></b>

#### Subvenção Econômica:

O valor refere-se a recebimento de transferência de recursos financeiros públicos da Prefeitura Municipal de Vitória, conforme previsto na Lei 9.626/20, classificados como de natureza econômica, conforme prevê a Lei 4.320/64.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. Dessa forma, a subvenção é reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a Companhia reconhece os custos e despesas relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

#### Receitas Concessões:

O valor refere-se às receitas advindas dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público do Município de Vitória, situados na Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praça do Papa, Parque Moscoso, dentre outros.

### Dedução da Receita:

As deduções se referem aos tributos incidentes sobre as Receitas de Concessão.

### 26) Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais estão detalhadas conforme disposição abaixo:

	<u>3T/23</u>	<u>3T/22</u>	<u>9M/23</u>	<u>9M/22</u>
Despesas com Pessoal (Adm. e Efetivos)	430.724,85	364.308,07	1.240.055,88	1.058.091,91
Despesas com Encargos	123.319,59	201.109,56	407.568,14	410.094,73
Despesas com Serviços	600.639,15	599.377,88	6.753.487,15	3.991.973,54
Despesas com Materiais	15.580,31	72.011,94	69.716,78	87.108,76
Despesas com Impostos e Taxas	2.039,96	758,55	9.734,96	3.545,49
Provisão de Despesas	164.460,49	155.798,81	451.813,98	473.711,77
Despesas com Pessoal (cedidos)	183.076,42	227.379,58	564.468,21	639.218,35
Despesas Processuais	0,00	544,73	9.811,20	3.045,60
Despesas c/ Concessionários	11.724,76	0,00	25.068,15	86.599,17
Despesas da Diretoria	705.419,72	618.543,90	2.038.052,06	1.559.131,24
Encargos Sociais Diretoria	178.149,56	163.011,92	515.303,51	387.439,45
Despesas não Dedutíveis	103.083,91	0,00	108.851,11	57.796,54
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b><u>2.518.218,72</u></b>	<b><u>2.402.844,94</u></b>	<b><u>12.193.931,13</u></b>	<b><u>8.757.756,55</u></b>
	<u>3T/23</u>	<u>3T/22</u>	<u>9M/23</u>	<u>9M/22</u>
Despesas de Depreciação	26.952,09	15.130,58	77.810,31	56.571,72
Despesas de Amortização	5.440,48	3.101,70	11.070,04	9.305,10
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b><u>32.392,57</u></b>	<b><u>18.232,28</u></b>	<b><u>88.880,35</u></b>	<b><u>65.876,82</u></b>
<b>TOTAL</b>	<b><u>2.550.611,29</u></b>	<b><u>2.421.077,22</u></b>	<b><u>12.282.811,48</u></b>	<b><u>8.823.633,37</u></b>

### 27) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa:

No 3T/23, o valor apurado de PCLD foi de R\$ 11501,82, correspondendo a 10,22% do montante a receber.

	<b>CONTAS A RECEBER</b>	<b>% PERDAS ESTIMADAS</b>	<b>PCLD</b>
<b>A VENCER</b>	112.459,52	2,71%	3.047,65
<b>VENCIDAS</b>			
ENTRE 1 A 30 DIAS	963,01	10,00%	96,30
ENTRE 31 A 60 DIAS	1.111,61	20,00%	222,32
ENTRE 61 A 90 DIAS	1.185,91	30,00%	355,77
ENTRE 91 A 180 DIAS	4.077,83	50,00%	2.038,92
ACIMA DE 180 DIAS	5.740,86	100,00%	5.740,86
	<b>13.079,22</b>		<b>8.454,17</b>
<b>TOTAL</b>	<b>125.538,74</b>		<b>11.501,82</b>

	<u>3T/23</u>	<u>3T/22</u>	<u>9M/23</u>	<u>9M/22</u>
Provisão devedores duvidosos	11.501,82	0,00	41.766,98	0,00
<b>Provisão devedores duvidosos</b>	<b>11.501,82</b>	<b>0,00</b>	<b>41.766,98</b>	<b>0,00</b>

### 28) Outras Receitas:

No 3º trimestre de 2023 a companhia registrou outras receitas referentes as seguintes operações:

	<u>3T/23</u>	<u>3T/22</u>	<u>9M/23</u>	<u>9M/22</u>
Receitas Eventuais	0,04	-	0,04	-
Despesas Recuperadas	967,45	-	5.559,76	145.959,82
Receita Doações	11.617,67	-	11.617,67	-
<b>Outras Receitas</b>	<b>12.585,16</b>	<b>-</b>	<b>17.177,47</b>	<b>145.959,82</b>

### 29) Reversão de Provisões

	<u>3T/23</u>	<u>3T/22</u>	<u>9M/23</u>	<u>9M/22</u>
Reversão de PECLD	16.039,58	2.144,22	46.866,54	270.829,12
Reversão de Prov. p/contingências Trabalhistas	-	-	-	123.667,60
Reversão de Prov. Contingencias	-	-	-	-
Reversão de Prov. 13º sal	26.674,03	-	26.674,03	-
Reversão de Prov. INSS	5.601,55	-	5.601,55	-
Reversão de Prov. FGTS	2.133,92	-	2.133,92	-
<b>Reversão de Provisões</b>	<b>50.449,08</b>	<b>2.144,22</b>	<b>81.276,04</b>	<b>394.496,72</b>

### 30) Resultado Financeiro:

No 3º trimestre de 2023 a companhia registrou despesas e receitas financeiras nos seguintes montantes:

	<u>3T/23</u>	<u>3T/22</u>	<u>9M/23</u>	<u>9M/22</u>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(4.162,52)</b>	<b>(6.812,82)</b>	(9.170,80)	<b>(40.796,23)</b>
Atualização Monetária	(3.246,13)	(2.242,03)	- 7.805,91	- 5.999,19
Despesas Bancárias	(916,39)	-	- 916,39	- 2.906,59
Multa e Juros de mora	-	(4.570,79)	- 448,50	- 31.890,45
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>43.870,18</b>	<b>16.312,90</b>	<b>193.750,22</b>	<b>72.159,32</b>
Receita de Aplicações	38.112,30	15.237,20	184.091,69	30.784,13
Descontos obtidos	-	0,22	-	0,22
Juros de mora	809,33	23,99	1.993,85	33.349,93
Multas – Concessão	2.632,35	279,56	5.277,28	7.253,11
Outras Receitas Financeiras	2.316,20	771,93	2.387,40	771,93
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>39.707,66</b>	<b>9.500,08</b>	<b>184.579,42</b>	<b>31.363,09</b>

### 31) Imposto de Renda e Contribuição Social:

A Companhia é tributada pelo Lucro Real Trimestral. Os valores referem-se à apuração do trimestral, com vencimento no exercício seguinte.

	<u>3T/23</u>	<u>3T/22</u>	<u>9M/23</u>	<u>9M/22</u>
Provisão para Imposto de Renda	194.801,96	-	385.133,19	101.003,54
Provisão para Contribuição Social	72.288,71	-	145.127,95	40.681,28
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b><u>267.090,67</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>530.261,14</u></b>	<b><u>141.684,82</u></b>

### 32) Eventos Subsequentes:

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297, mudando o entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária.

A Diretoria da CDTV avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis trimestrais de 30 de setembro de 2023. Assim, verifica-se a não ocorrência de eventos que possam alterar de forma significativa às Demonstrações Contábeis Trimestrais e as operações da CDTV, até a data de autorização desta emissão, 27/09/2023.

Cumprir mencionar a aprovação da Lei Municipal 9.932 de 09 de maio de 2023, que alterou a Lei 9.626/20, retirando o Conselho de Administração da organização societária da CDTV. Estando pendente apenas a alteração no Estatuto Social da entidade a qual já está sendo providenciada.

**Vitória (ES) 30 setembro de 2023.**

**Marcus Gregório Serrano**  
**Diretor Presidente**

**Donatila Lima Nava Martins**  
**Diretora Adm. Financeira**

**Alexsander Carvalho Nunes**  
**Contador Comercial**  
**CRC-ES 10.948/O-7**

**Balancos patrimoniais em 30 de setembro**  
**Em reais**

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>3T/23</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>3T/23</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.308.670,21</b>	<b>4.981.762,55</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.207.888,96</b>	<b>4.945.838,58</b>
Disponibilidades		<b>2.000.164,49</b>	<b>4.736.621,28</b>	Fornecedores e outras contas a pagar	<b>15</b>	59.035,13	
Bancos conta movimento	<b>4</b>	1.569.056,00	4.373.642,89	Obrigações trabalhistas		-	
Aplicações financeiras	<b>5</b>	431.108,49	362.978,39	Obrigações fiscais	<b>16</b>	330.129,25	91.333,75
<b>Direitos realizáveis</b>		<b>308.505,72</b>	<b>245.141,27</b>	Obrigações Sociais	<b>17</b>	150.522,48	184.960,74
Contas a receber de concessionários	<b>6</b>	114.036,92	92.890,65	Provisões de férias e encargos	<b>18</b>	514.604,85	294.433,53
Impostos e contribuições a recuperar	<b>7</b>	179.068,75	87.859,39	Outros passivos circulantes	<b>19</b>	153.597,25	106.310,56
Almoxarifado	<b>8</b>	5.379,39	5.444,79	Antecipação de Recursos	<b>20</b>	-	4.268.800,00
Adiantamentos	<b>9</b>	7.328,90	56.133,57				
Outros Créditos	<b>10</b>	1.822,68	2812,87				
Adiantamentos de pessoal		869,08	-				
<b>Não Circulante</b>		<b>9.126.623,48</b>	<b>8.550.707,49</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>267.125,03</b>	<b>267.125,03</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>31.019,90</b>	<b>61.176,13</b>	Provisões para contingências	<b>21</b>	267.125,03	267.125,03
Contas a receber de concessionários	<b>6</b>	31.019,90	50.189,33				
Depósitos judiciais	<b>11</b>	-	10.986,80				
<b>Investimentos</b>	<b>12</b>	<b>8.431.841,00</b>	<b>8.431.841,00</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>9.960.279,70</b>	<b>8.319.506,43</b>
Investimentos		8.431.841,00	8.431.841,00	Capital social	<b>22</b>	3.740.825,00	3.740.825,00
<b>Imobilizado</b>	<b>13</b>	<b>632.263,87</b>	<b>31.353,23</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial	<b>23</b>	5.768.065,00	5.768.065,00
Imobilizado		632.263,87	31.353,23	Reserva Legal	<b>24</b>	18.487,25	18.487,25
<b>Intangível</b>	<b>14</b>	<b>31.498,71</b>	<b>26.337,13</b>	Prejuízos Acumulados		432.902,45	(1.207.870,82)
Intangível		31.498,71	26.337,13				
<b>Total do ativo</b>		<b>11.435.293,69</b>	<b>13.532.470,04</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>11.435.293,69</b>	<b>13.532.470,04</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia de Desenvolvimento,  
Turismo e Inovação de Vitória

## Demonstrações do Resultado

Às informações Trimestrais em 30 de setembro

Em reais

	Nota	3T/23	3T/22	9M/23	9M/22
<b>Receita Líquida / Lucro Bruto</b>	<b>25</b>	<b>3.493.242,18</b>	<b>1.870.312,00</b>	<b>14.208.246,17</b>	<b>8.424.298,36</b>
Despesas gerais e administrativas	26	(2.518.218,72)	(2.402.844,94)	(12.193.931,13)	(8.757.756,55)
Depreciação e Amortização	26	(32.392,57)	(18.232,28)	(88.880,35)	(65.876,82)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	27	(11.501,82)		(41.766,98)	
(+) Outras receitas	28	12.585,16	-	17.177,47	145.959,82
(+) Reversão de provisões	29	50.449,08	2.144,22	81.276,04	394.496,72
<b>Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>994.163,31</b>	<b>(548.621,00)</b>	<b>1.982.121,22</b>	<b>141.121,53</b>
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	30	39.707,66	9.500,08	184.579,42	31.363,09
<b>Lucro antes dos Tributos</b>		<b>1.033.870,97</b>	<b>(539.120,92)</b>	<b>2.166.700,64</b>	<b>172.484,62</b>
Contribuição Social	31	(72.288,71)	-	(145.127,95)	(40.681,28)
Imposto de Renda	31	(194.801,96)	-	(385.133,19)	(101.003,54)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>		<b>766.780,30</b>	<b>(539.120,92)</b>	<b>1.636.439,50</b>	<b>30.799,80</b>
<b>Quantidade de Ações do Capital Social Integralizado</b>		<b>3.740.825</b>	<b>3.740.825</b>	<b>3.740.825</b>	<b>3.740.825</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação do Capital Social</b>		<b>0,2050</b>	<b>-0,1441</b>	<b>0,4375</b>	<b>0,0082</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

Discriminação	Capital social	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>18.487,25</b>	<b>5.768.065,00</b>	<b>(1.015.437,08)</b>	<b>8.511.940,17</b>
Lucro/Prejuízo do período				30.799,80	30.799,80
Constituição de Reserva Legal					-
Ajuste de exercícios anteriores				(8.713,53)	(8.713,53)
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-
<b>Saldos em 30/09/2022</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>18.487,25</b>	<b>5.768.065,00</b>	<b>(993.350,81)</b>	<b>8.534.026,44</b>
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>18.487,25</b>	<b>5.768.065,00</b>	<b>(1.207.870,82)</b>	<b>8.319.506,43</b>
Lucro/Prejuízo do período				1.636.439,50	1.636.439,50
Constituição de Reserva Legal					-
Ajuste de exercícios anteriores				4.333,77	4.333,77
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-
<b>Saldos em 30/09/2023</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>18.487,25</b>	<b>5.768.065,00</b>	<b>432.902,45</b>	<b>9.960.279,70</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Às informações Trimestrais em 30 de setembro**  
**em reais**

	<b>9M/2023</b>	<b>9M/2022</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.636.439,50</b>	<b>30.799,80</b>
Ajustes por:		
Ajuste de exercício anterior	-	8.713,53
Ajuste no saldo de Depreciação Acumulada		(7.574,14)
Provisão Credito Liq. Duvidosa	18.799,44	-
Depreciação e amortização	97.939,79	65.876,82
Recuperação de crédito de PIS e COFINS	(9.059,44)	
Recebimento de Doação de imobilizado	(11.617,67)	
Pagamento de ação trabalhista frente Deposito Judicial	(9.740,00)	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>1.722.761,62</b>	<b>97.816,01</b>
<b>Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes</b>		
Contas a receber de concessionários (CP e LP)	(1.976,84)	(274.043,38)
Outros Créditos	121,11	(50,56)
Adiantamentos	48.804,67	59.045,16
Impostos e contribuições a recuperar	(91.209,36)	(94.240,44)
Estoque	65,40	(2.353,57)
Depósitos Judiciais	10.986,80	(10.986,80)
Fornecedores e outras contas a pagar	59.035,13	152.919,61
Antecipações PMV	(4.268.800,00)	800.000,00
Obrigações trabalhistas	-	-
Obrigações sociais	(30.104,49)	37.752,11
Obrigações fiscais	238.795,50	(68.926,34)
Outros passivos circulantes	47.286,69	3.549,93
Provisões de férias e encargos	220.171,32	92.810,38
	-	-
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(3.766.824,07)</b>	<b>695.476,10</b>
Transferência para Investimento	-	-
Aquisição de Imobilizado	(692.394,34)	(6.800,00)
Aquisição de Intangível	-	-
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades investimento</b>	<b>(692.394,34)</b>	<b>(6.800,00)</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Diminuição) de caixa e equivalente caixa</b>	<b>(2.736.456,79)</b>	<b>786.492,11</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4.736.621,28	654.537,17
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	2.000.164,49	1.441.029,28
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(2.736.456,79)</b>	<b>786.492,11</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.